

# DEMOCRACIA PARTICIPATIVA CHEGA AOS MAIS VULNERÁVEIS

O Programa Bairros Saudáveis encontra-se em consulta pública até 27 de setembro para que os cidadãos possam pronunciar-se sobre o projeto de regulamento e ajudar na identificação dos territórios vulneráveis, explica a coordenadora do programa, Helena Roseta, sublinhando que a participação na consulta pública inclui o preenchimento de um questionário sobre se reside, trabalha ou conhece algum território, bairro ou zona em que se verifiquem situações como “más condições de habitação, rendimentos baixos ou número significativo de pessoas de risco em caso de Covid-19”.

Os cidadãos podem ainda enviar contributos sobre o projeto de regulamento do Programa Bairros Saudáveis para a versão final do regulamento, indicou Helena Roseta, referindo que a abertura do concurso de candidaturas de projetos está prevista acontecer em outubro, através do site.

Em vigor desde 2 de julho, o Programa Bairros Saudáveis visa apoiar intervenções locais de promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades territoriais, através de projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, dispendo de uma dotação de 10 milhões de euros, a executar até ao final de 2021. Entrevistada por Dependências, Helena Roseta explica como tem vindo a ser incubado o programa...

## **Finalmente podemos concluir estar perante o princípio da democracia ativa e participativa?**

**Helena Roseta (HR)** – Precisamos da ajuda dos cidadãos para nos dizerem onde é que estão os territórios onde vão ser investidos estes 10 milhões de euros, esta ajuda é essencial para que o dinheiro vá para quem precisa, é muito mais do que um programa para bairros sociais, é um programa aberto, para apoiar pequenos projetos para melhoria das condições de vida em vários pontos do país.

Desenvolvidos nos eixos da saúde, social, económico, ambiental ou urbanístico, os projetos a candidatar podem ser pequenas intervenções (até 5.000 euros), serviços à comunidade (até 25.000) ou projetos integrados (até 50.000 euros), em que são todos avaliados e pontuados por um júri independente e têm de ser executados até ao final de 2021.

Sobre a identificação dos territórios vulneráveis, a equipa do Programa Bairros Saudáveis está a trabalhar nesse levantamento, dispendo de cinco equipas regionais já constituídas (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), mas contando sobretudo com o resultado das respostas dos cidadãos ao questionário participativo.

## **Diagnóstico, participação e depois?**

**HR** – Depois da consulta pública, as equipas regionais vão confirmar localmente toda a informação e vão apoiar as pessoas para que possam construir projetos e apresentar candidaturas, prevendo-se que este processo a decorrer durante todo o mês de setembro.



Helena Roseta coordenadora do Programa Bairros Saudáveis

No final de 2021, além dos projetos executados, a equipa do Programa Bairros Saudáveis pretende disponibilizar uma cartografia das zonas mais vulneráveis do país, trabalho que estará no site da Direção-Geral do Território.

## **Como é formalizado o procedimento de candidatura ao Programa Bairros Saudáveis?**

**HR** – Existem sete critérios, que vão desde más condições de habitação, rendimentos baixos, número significativo de pessoas em risco para Covid-19, entre outros, que são respondidos através de aplicados uma ficha, questionário, em que as pessoas apenas têm que responder sim ou não. Se apenas numa das alíneas de cada critério tiverem sim, o critério já está confirmado e apenas pedimos que as pessoas levem essa ficha à junta de freguesia para confirmação, se se tratar de um critério físico, ou à autoridade de saúde, se se tratar de um critério de saúde. Se não

conseguirem a declaração por parte destas entidades, nós, equipa nacional, faremos a confirmação. Quando estivermos a analisar as candidaturas, nos casos em que falem essas declarações, as nossas equipas verificarão a veracidade das mesmas. A ideia é simplificar ao máximo quando procuramos verificar que projetos são elegíveis.

## **Quando se fala em comunidades locais, pressupõe-se que exista algum nível de organização?**

**HR** – Poderá não existir... Mas pode ser constituído na hora. Basta haver um grupo de moradores que pretenda aceder e, na hora, poderá constituir um grupo ou comissão de moradores, que não terá que estar instituída formalmente. Sozinho, um grupo informal não pode apresentar o projeto, mas poderá encontrar uma entidade promotora, uma ONG ou qualquer outra entidade que possua número de pessoa coletiva e possa ser promotora. Só podemos transferir fundos públicos para entidades formalmente constituídas. Como tal, transferimos as verbas para o promotor, que depois as divide pelas entidades parceiras.

## **Por que surge este projeto?**

**HR** – Durante o mês de junho, sobretudo na área metropolitana de Lisboa, começámos a constatar um aumento do número de casos de Covid, e verificámos uma grande concentração nos bairros mais complicados. Face a essa incidência territorial mais forte, com determinadas características, falei com o primeiro-ministro, a quem disse que teriam que fazer chegar o dinheiro a esta gente. Chamei um grupo de amigos, elaborámos e apresentámos uma proposta, que foi aprovada pelo Governo no dia 1 de julho. Quando estavam a proceder à votação, para meu espanto, telefonaram-me a convidar-me para a coordenação e eu não podia dizer que não... A ideia surge de pessoas que há muitos anos trabalham nestas causas participativas e que estavam a perceber que o dinheiro não estava a chegar a quem precisa. E as pessoas que me ajudaram a fazer a proposta que enviei para o Governo são as mesmas que chamei para a equipa de coordenação nacional e, por isso, estão três arquitetos e três médicos de saúde pública.